

GDPar GDSolar  
Participações em  
Projetos Solares  
S.A.

**Demonstrações financeiras em 31  
de dezembro de 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do fluxo de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300  
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota  
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3457-9500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da  
GDPAR GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GDPAR GDSolar Participações em Projetos Solares S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GDPAR GDSolar Participações em Projetos Solares S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Reconhecimento de receitas

Veja as Notas Explicativas nºs 7.b. e 17 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas atuam no segmento de geração distribuída de energia solar e suas receitas são originadas de contratos de locação das usinas fotovoltaicas e serviços de operação e manutenção dessas usinas. As respectivas receitas são calculadas mensalmente com base em fórmulas definidas em contratos apresentando a geração de energia do período como principal variável nessa apuração.</p> <p>As variações da geração da energia e consequentemente no reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Avaliação do desenho dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas;</li><li>- Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia, e verificação dos comprovantes de liquidação financeira; e.</li><li>- Recálculo do contrato de locação com base nas cláusulas contratuais e controles de geração de energia injetada reconhecida pela concessionária, análise dos comprovantes de aceitação do cliente.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 08 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Diego Feliciano Irineu  
CRC 1SP223212/O-2

## GDPar GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	9	156.360	39	163.160	128
Contas a Receber Clientes		-	-	677	-
Adiantamentos a fornecedores		40	1	586	1
Impostos a recuperar		31	23	95	23
Creditos com partes relacionadas	10	3	-	3	-
Outras contas a receber		-	-	201	93
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>156.434</b>	<b>63</b>	<b>164.722</b>	<b>245</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Investimentos	11	220.529	104.047	-	-
Imobilizado	12	-	-	217.975	107.572
Ativo de direito de uso	13	-	-	10.904	13.888
Ativo intangível		26	26	26	26
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>220.555</b>	<b>104.073</b>	<b>228.905</b>	<b>121.486</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>376.989</b>	<b>104.136</b>	<b>393.627</b>	<b>121.731</b>

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	15	13	-	4.108	3.562
Empréstimos e financiamentos	14	24.134	-	24.134	-
Obrigações fiscais		64	-	372	126
Imposto de renda e contribuição social		-	-	426	-
Partes relacionadas	10	158.883	-	159.361	-
Outras contas a pagar		-	31	-	31
Passivo de arrendamento	13	-	-	571	471
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>183.094</b>	<b>31</b>	<b>188.972</b>	<b>4.190</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamento	14	136.759	-	136.759	-
Partes relacionadas	10	3	3	23	23
Outras contas a pagar		31	-	111	-
Passivo de arrendamento	13	-	-	10.660	13.417
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>136.793</b>	<b>3</b>	<b>147.553</b>	<b>13.440</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	16	56.795	104.169	56.795	104.169
Reserva de lucros		307	-	307	-
Prejuízos acumulados		-	(67)	-	(67)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>57.102</b>	<b>104.102</b>	<b>57.102</b>	<b>104.102</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>376.989</b>	<b>104.136</b>	<b>393.627</b>	<b>121.731</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## GDPPar GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	17	-	-	5.640	-
Custo das vendas	18	-	-	(2.581)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.059</b>	<b>-</b>
Despesas gerais e administrativas	19	(300)	(2)	(1.549)	(55)
Outras despesas		515	(5)	520	(5)
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>215</b>	<b>(6)</b>	<b>2.030</b>	<b>(60)</b>
Receitas financeiras	20	2.198	-	2.289	-
Despesas financeiras	20	(3.289)	(1)	(3.349)	(5)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(1.091)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1.060)</b>	<b>(5)</b>
Equivalência patrimonial	11	1.250	(58)	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>374</b>	<b>(65)</b>	<b>970</b>	<b>(65)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente	21	-	-	(596)	-
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>374</b>	<b>(65)</b>	<b>374</b>	<b>(65)</b>
<b>Resultado atribuído aos:</b>					
Acionistas		374	(65)	374	(65)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>374</b>	<b>(65)</b>	<b>374</b>	<b>(65)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



## **GDPAr GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>374</u>	<u>(65)</u>	<u>374</u>	<u>(65)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>374</u></b>	<b><u>(65)</u></b>	<b><u>374</u></b>	<b><u>(65)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## GDPar GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Lucro (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>		<b>200</b>	<b>(200)</b>	-	-	<b>(2)</b>	<b>(2)</b>
Aumento de capital	16	103.969	200	-	-	-	104.169
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(65)	(65)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>104.169</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(67)</b>	<b>104.102</b>
Aumento de capital	16	112.626	-	-	-	-	112.626
Redução de capital	16	(160.000)	-	-	-	-	(160.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	374	374
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal		-	-	19	-	(19)	-
Transferência para retenção de lucros		-	-	-	288	(288)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>56.795</b>	<b>-</b>	<b>19</b>	<b>288</b>	<b>-</b>	<b>57.102</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## GDPAr GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.

### Demonstrações do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	374	(65)	374	(65)
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	11 (1.250)	58	-	-
Depreciação	12 -	-	2.017	-
Depreciação de direito de uso	13 -	-	179	-
Amortização de custos de transação sobre empréstimos	14 159	-	159	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14 3.129	-	3.129	-
Juros sobre arrendamentos	13 -	-	593	-
Imposto de renda e contribuição social	21 -	-	596	-
	2.412	(7)	7.046	(65)
<b>Decréscimo/ (acrécimo) em ativos</b>				
Adiantamentos a fornecedores	(39)	(1)	(585)	(1)
Contas a receber clientes	-	-	(677)	-
Impostos a recuperar	(7)	(23)	(72)	(23)
Créditos com partes relacionadas	10 (3)	-	(3)	-
Outras contas a receber	-	-	(206)	(93)
Ativos de arrendamento	13 -	-	227	-
<b>(Decréscimo)/ acréscimo em passivos</b>				
Fornecedores	15 13	(2)	547	3.560
Obrigações fiscais	64	-	246	126
Partes relacionadas - Redução de capital	10 (1.117)	-	(639)	-
Outras contas a pagar	(1)	31	80	31
Passivos de arrendamentos	13 -	-	867	-
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>1.322</b>	<b>1</b>	<b>6.830</b>	<b>3.534</b>
Juros de arrendamentos pagos	13 -	-	(1.450)	-
Impostos pagos sobre o lucro	21 -	-	(316)	-
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>1.322</b>	<b>1</b>	<b>5.064</b>	<b>3.534</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>				
Investimento em controladas	11 (38.362)	(104.107)	-	-
Adições imobilizado	12 -	-	(38.717)	(107.572)
Ativo intangível	-	(26)	-	(26)
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(38.362)</b>	<b>(104.133)</b>	<b>(38.717)</b>	<b>(107.598)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>				
Aumento de capital em dinheiro	16 35.756	104.169	36.271	104.169
Caixa líquido das empresas recebidas por transferência de quotas	-	-	2.897	-
Ingresso de empréstimos e financiamentos, líquido do custo da transação	14 157.605	-	157.605	-
Mútuos	-	2	-	22
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>193.361</b>	<b>104.170</b>	<b>196.774</b>	<b>104.190</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>156.321</b>	<b>38</b>	<b>163.121</b>	<b>127</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39	1	39	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	156.360	39	163.160	128
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>156.321</b>	<b>38</b>	<b>163.121</b>	<b>127</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 1 Contexto operacional

A GDPPar GDSolar Participações em Projetos Solares S.A (“GDPPar Solar” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 02 de setembro de 2019, com sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 5º andar, conjunto 502 Parte C, CEP 04538-133. A Companhia tem como atividade principal o investimento em outras empresas (controladas diretamente, na condição de sócia, acionista ou quotista), no segmento de geração distribuída de energia fotovoltaica.

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução 482/2012 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 25 anos. A GDPAR Solar tem como principais clientes a Origo Energia, Magazine Luiza e Claro S.A., empresas com sólida capacidade de crédito e bem estabelecidas no mercado brasileiro.

Os projetos da GDPPar Solar foram adquiridos através de parceiros com larga experiência de mercado, todos em fase inicial de desenvolvimento. Logo após a aquisição foram contratados Epcistas de primeira linha para construção de Usinas alocadas nas seguintes Usinas SPÉs.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”).

#### 1.1 Relação das entidades controladas

	<b>% de Participação</b>	
<b><i>Controladas diretas:</i></b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>UFVs Origo Energia:</b>		
SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
	<b>% de Participação</b>	
<b><i>Controladas diretas:</i></b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>UFVs Magazine Luiza:</b>		
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100

**Controladas Diretas:**

	<u>% de Participação</u>	
<b>UFVs Autogeração Solar (a)</b>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda.	100	-
Autogeração Solar São Paulo Ltda.	100	-
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda.	100	-
Autogeração Solar Alegrete Ltda.	100	-

- a) Transferidas da controladora Gd Geração Distribuída Participações S.A por “Drop Down”, aumento de capital com conferência de cotas de investidas.

## **1.2 Impactos causados pela COVID**

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação da COVID-19. Em 11 de março de 2020, ela declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Desde março de 2020 até 31 de dezembro de 2021, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram restrições de mobilidade, incluindo o confinamento nos momentos de maior taxa de contaminação do vírus. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros foi devastador, com retração dos Produtos Internos Brutos - PIB em diversos países. Em 2021 houve uma forte recuperação, devido ao efeito da vacinação em massa.

A Administração implantou alguns procedimentos, dentre eles, a adoção de teletrabalho (*home office*) e regime misto para todos os colaboradores, horários flexíveis de entrada e saída dos colaboradores nas dependências da Companhia, adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço para favorecer o distanciamento social e introdução de rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais e testes semanais para detecção do vírus. Tais procedimentos continuam sendo adotados até a data do fechamento desse relatório.

A atividade econômica da Companhia não sofreu impactos representativos em decorrência da Pandemia, como desabastecimento de partes e peças para instalação nas usinas fotovoltaica e redução do contingente de pessoas para execução dos contratos de empreitada.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelos Diretores em 08 de abril de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

### **4 Apuração do resultado**

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

### **5 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** – Arrendamentos - Determinação se os contratos de arrendamentos se classificam em operacionais ou financeiros.

#### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 13** – Arrendamentos - Critério para definição de taxa de desconto utilizada para cálculo dos passivos de arrendamento.

#### ***Mensuração do valor justo***

Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

### **6 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

## **7 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **a. Base de consolidação**

#### **(i) Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todos os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades controladas, mencionada na nota explicativa nº 1.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

#### **(ii) Transações eliminadas na consolidação**

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### **b. Receita de contratos com clientes**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle do serviço prestado ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

O Grupo atua no segmento de geração distribuída de energia solar e tem como receitas a locação de usinas Fotovoltaicas, a sublocação de terrenos onde estão instaladas suas usinas e a operação e manutenção de usinas fotovoltaicas. As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o ativo é colocado à disposição do cliente devidamente conectado à rede de distribuição e gerando créditos de energia às unidades consumidoras dos clientes.

**c. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

**d. Imposto de renda e contribuição social - Correntes**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente das controladas diretas e indiretas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável (base de presunção de 32%) excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (base de presunção de 32%) para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A controladora esta enquadrada no regime de tributação do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

**e. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, e são calculados com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.



**f. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

*Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. O Grupo não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- e os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	--

#### **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(iii) Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

O Grupo dereconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**g. *Capital social***

*Ações ordinárias*

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

**h. *Redução ao valor recuperável (impairment)***

**(i) *Ativos financeiros não derivativos***

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo a dota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro encontra-se vencido e avalia-se que não há mais recursos eficientes para cobrança.

- O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

### **(ii) Ativos não-financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que o Grupo não possui ágio contabilizado em suas demonstrações contábeis, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **i. Arrendamentos**

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

### **(i) Como arrendador**

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita operacional pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

**(ii) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

#### *Arrendamentos de ativos de baixo valor*

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **j. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

### **8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

**(i) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. O Grupo não possui contratos onerosos, desta forma, não há expectativa de quaisquer impactos na adoção inicial.

**(ii) Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2);
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8); e

## 9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bancos conta movimento	3	39	3.442	128
Aplicações financeiras	156.357	-	159.718	-
	<b>156.360</b>	<b>39</b>	<b>163.160</b>	<b>128</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e referem-se a CDBs (certificados de depósitos interbancários). São remuneradas a uma taxa média mensal de 75% a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 2021 e 2020, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.



## 10 Partes relacionadas

As operações de recursos com partes relacionadas não estão sujeitas à atualização monetária e não possuem vencimento determinado. Os saldos dessas contas correntes ao final de cada exercício podem ser assim apresentados:

### (i) Saldos de ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
<b>Mútuos</b>				
Autogeração Solar Alegrete	2	-	2	-
Outros	1	-	1	-
<b>Total de Partes relacionadas - Ativo</b>	<b>3</b>	-	<b>3</b>	-
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante e Não Circulante</b>				
BRL Solar Equipamentos Ltda (a)	-	-	2.541	3.494
GD Geração Distrib. Part. S.A.(b)	158.883	-	159.361	-
<b>Total Circulante</b>	<b>158.883</b>	-	<b>161.902</b>	<b>3.494</b>
GD Solar Energia Ltda	2	2	22	22
GD Solar Holding S/A	1	1	1	1
<b>Total Não Circulante</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>23</b>	<b>23</b>
<b>Partes Relacionadas – Passivo</b>	<b>158.886</b>	<b>3</b>	<b>161.925</b>	<b>3.517</b>

- (a) Fornecedor de equipamentos de usinas fotovoltaicas e ex-acionista da Companhia.
- (b) R\$158.883 de redução de capital, por ser excessivo ao objeto social, conforme AGE de 19 de outubro de 2021 e R\$478 de compartilhamento de despesas, conforme contrato.

### (ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A administração da companhia não é remunerada, conforme cláusula 6.2 do Estatuto Social.

## 11 Investimentos

### a. Composição do saldo

Investidas	% Participação		2021	2020
	2021	2020		
UFVs Origo Energia	100	100	107.640	83.949
UFVs Magazine Luiza	100	100	33.422	20.098
UFVs Autogeração Solar	100	-	79.467	-
<b>Saldo de investimentos</b>			<b>220.529</b>	<b>104.047</b>

### b. Movimentação 2021

Investidas	2020	Aumento de capital	Aumento de capital: Conferência de cotas	Ajuste de Investimentos	Equivalência Patrimonial	2021
<b>Autogeração Solar</b>						
Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda (a)	-	-	29.122	-	1.238	30.360
Autogeração Solar São Paulo Ltda (a)	-	-	26.978	-	784	27.762
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda (a)	-	-	10.536	421	425	11.382
Autogeração Solar Alegrete Ltda (a)	-	171	9.719	94	(21)	9.963
<b>Total Autogeração Solar</b>	<b>-</b>	<b>171</b>	<b>76.355</b>	<b>515</b>	<b>2.426</b>	<b>79.467</b>

**GDPar GDSolar Participações**  
**em Projetos Solares S.A.**  
*Demonstrações financeiras*  
em 31 de dezembro de 2021

**UFVs Origo Energia**

Ufv MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.535	3.008	-	-	(70)	12.472
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.246	3.128	-	-	(46)	12.328
Ufv MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.284	2.096	-	-	(42)	11.338
Ufv MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.191	2.499	-	-	(59)	11.631
Ufv MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.533	3.030	-	-	(48)	12.515
Ufv.SPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.557	3.021	-	-	(68)	12.509
Ufv.MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.138	2.530	-	-	(224)	11.445
Ufv.MGXVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.216	2.893	-	-	(191)	11.918
Ufv.MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.250	2.455	-	-	(221)	11.484

<b>Total UFVs Origo Energia</b>	<b>83.949</b>	<b>24.660</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(969)</b>	<b>107.640</b>
---------------------------------	---------------	---------------	----------	----------	--------------	----------------

**UFVs Magazine Luiza**

Ufv.Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	2.574	1.350	-	-	(23)	3.901
Ufv.BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.658	1.719	-	-	(30)	5.346
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	1.632	1.875	-	-	(18)	3.489
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	1.685	1.828	-	-	(21)	3.493
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	2.408	2.031	-	-	(26)	4.413
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.779	1.372	-	-	(29)	5.122
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	2.783	2.714	-	-	(42)	5.454
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equip. Fotovoltaicos Ltda.	1.579	642	-	-	(18)	2.204

<b>Total UFVs Magazine Luiza</b>	<b>20.098</b>	<b>13.531</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(207)</b>	<b>33.422</b>
----------------------------------	---------------	---------------	----------	----------	--------------	---------------

<b>Total em Investidas</b>	<b>104.047</b>	<b>38.362</b>	<b>76.355</b>	<b>515</b>	<b>1.250</b>	<b>220.529</b>
----------------------------	----------------	---------------	---------------	------------	--------------	----------------

- (a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021 por conferência ao capital social da Companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) nas referidas SPEs.

**c. Movimentação 2020**

<b>Investidas</b>	<b>2019</b>	<b>Aumento de capital</b>	<b>Ajuste de Investimentos</b>	<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>2020</b>
<b>UFVs Origo Energia</b>					
Ufv MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	9.537	-	(2)	9.535
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	9.247	-	(1)	9.246
Ufv MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	9.285	-	(1)	9.284
Ufv MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	9.192	-	(1)	9.191
Ufv MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	9.540	-	(7)	9.533
Ufv.SPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	9.564	-	(7)	9.557
Ufv.MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	9.143	-	(5)	9.138
Ufv.MGXVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	9.220	-	(4)	9.216
Ufv.MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	9.251	-	(2)	9.250
<b>Total UFVs Origo Energia</b>	<b>-</b>	<b>83.979</b>	<b>-</b>	<b>(30)</b>	<b>83.949</b>
<b>UFVs Magazine Luiza</b>					
Ufv.Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	2.580	(3)	(4)	2.574
Ufv.BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	3.665	-	(7)	3.658
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	1.635	-	(3)	1.632
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	1.689	-	(4)	1.685
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	2.412	(1)	(3)	2.408
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	3.780	-	(1)	3.779
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	2.787	-	(5)	2.783
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equip. Fotovoltaicos Ltda.	-	1.581	-	(1)	1.579
<b>Total UFVs Magazine Luiza</b>	<b>-</b>	<b>20.129</b>	<b>(3)</b>	<b>(28)</b>	<b>20.098</b>
<b>Total em Investidas</b>	<b>-</b>	<b>104.107</b>	<b>(3)</b>	<b>(58)</b>	<b>104.047</b>

Todas as participações societárias foram efetuadas ao longo de 2020.

**d. Dados sobre controladas:**

	<b>Autogeração</b>	<b>Solar Bahia Ltda</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	31.656	29.540
Passivo total	30.418	28.430
Resultado do exercício	1.238	1.110
Patrimônio líquido	30.360	28.011
Participação societária em controladas*	100%	0%

\* Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE.

	<b>Autogeração Solar São Paulo</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	28.691	31.759
Passivo total	27.907	30.652
Resultado do exercício	784	1.107
Patrimônio líquido	27.762	30.124
Participação societária em controladas*	100%	0%

\* Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE.

	<b>Autogeração Solar Minas Gerais Ltda</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	11.997	9.671
Passivo total	11.761	9.671
Resultado do exercício	237	-
Patrimônio líquido	11.382	8.563
Participação societária em controladas*	100%	0%

\* Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE.

	<b>Autogeração Solar Alegrete Ltda</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	10.390	1.411
Passivo total	10.410	1.411
Resultado do exercício	(20)	-
Patrimônio líquido	9.963	935
Participação societária em controladas*	100%	0%

\* Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE.

	<b>Ufv MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	13.508	10.735
Passivo total	13.578	10.736
Resultado do exercício	(70)	(2)
Patrimônio líquido	12.472	9.535
Participação societária em controladas	100%	100%

**SPE MG XVIII Equipamentos  
Fotovoltaicos Ltda**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	12.932	10.158
Passivo total	12.978	10.160
Resultado do exercício	(46)	(1)
Patrimônio líquido	12.328	9.246
Participação societária em controladas	100%	100%

**Ufv MG XXI Equipamentos  
Fotovoltaicos Ltda**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	12.675	10.196
Passivo total	12.718	10.198
Resultado do exercício	(42)	(1)
Patrimônio líquido	11.338	9.284
Participação societária em controladas	100%	100%

**SPE MG XXII Equipamentos  
Fotovoltaicos Ltda**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	13.425	11.210
Passivo total	13.484	11.212
Resultado do exercício	(59)	(1)
Patrimônio líquido	11.631	9.191
Participação societária em controladas	100%	100%

**Ufv MG XIX Equipamentos  
Fotovoltaicos Ltda**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	14.137	12.111
Passivo total	14.184	12.118
Resultado do exercício	(48)	(7)
Patrimônio líquido	12.515	9.533
Participação societária em controladas	100%	100%

	<b>SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	13.747	11.842
Passivo total	13.815	11.849
Resultado do exercício	(68)	(7)
Patrimônio líquido	12.509	9.557
Participação societária em controladas	100%	100%

	<b>Ufv MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	12.539	11.466
Passivo total	12.763	11.471
Resultado do exercício	(224)	(5)
Patrimônio líquido	11.445	9.138
Participação societária em controladas	100%	100%

	<b>SPE MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	13.418	11.232
Passivo total	13.609	11.236
Resultado do exercício	(191)	(4)
Patrimônio líquido	11.918	9.216
Participação societária em controladas	100%	100%

	<b>Ufv MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	12.679	11.439
Passivo total	12.901	11.441
Resultado do exercício	(221)	(2)
Patrimônio líquido	11.484	9.250
Participação societária em controladas	100%	100%

	<b>Ufv.PE II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	4.164	2.578
Passivo total	4.187	2.582
Resultado do exercício	(23)	(4)
Patrimônio líquido	3.901	2.574
Participação societária em controladas	100%	100%

	<b>Ufv.BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	5.369	3.660
Passivo total	5.399	3.667
Resultado do exercício	(30)	(7)
Patrimônio líquido	5.346	3.657
Participação societária em controladas	100%	100%

	<b>UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	3.785	1.909
Passivo total	3.803	1.911
Resultado do exercício	(18)	(3)
Patrimônio líquido	3.489	1.632
Participação societária em controladas	100%	100%

	<b>Ufv.PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	3.990	1.957
Passivo total	4.011	1.960
Resultado do exercício	(21)	(4)
Patrimônio líquido	3.493	1.685
Participação societária em controladas	100%	100%

	<b>UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	4.642	2.681
Passivo total	4.669	2.684
Resultado do exercício	(26)	(3)
Patrimônio líquido	4.413	2.408
Participação societária em controladas	100%	100%



	<b>UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	5.167	3.782
Passivo total	5.196	3.783
Resultado do exercício	(29)	(1)
Patrimônio líquido	5.122	3.779
Participação societária em controladas	100%	100%

	<b>UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	5.860	3.106
Passivo total	5.901	3.111
Resultado do exercício	(42)	(5)
Patrimônio líquido	5.454	2.783
Participação societária em controladas	100%	100%

	<b>UFV .RS II Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo total	2.397	1.579
Passivo total	2.414	1.581
Resultado do exercício	(18)	(1)
Patrimônio líquido	2.204	1.579
Participação societária em controladas	100%	100%

## 12 Imobilizado

### i) Composição da conta

<b>Consolidado</b>					
<b>2021</b>					
	<b>Taxa média de depreciação % a.a</b>	<b>Vida útil em anos</b>	<b>Custos</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Adiantamento inversões fixas (a)	-	-	25.875	-	25.875
Ativo fixo em andamento (b)	-	-	17.126	-	17.126
Montagem e instalações (b)	-	-	4.460	-	4.460
Outros custos de implantação (b)	-	-	3.754	-	3.754
<b>Total do imobilizado em andamento</b>			<b>51.215</b>	-	<b>51.215</b>
<b><u>Ativos objetos de arrendamentos:</u></b>					
Usinas Fotovoltaicas – Órigo	4	25	104.336	(1.116)	103.220
Usinas Fotovoltaicas – Autogeração Solar	4	25	67.855	(4.315)	63.540
<b>Total de ativos para arrendamento operacional</b>			<b>172.191</b>	<b>(5.431)</b>	<b>166.760</b>
<b>Total</b>			<b>223.406</b>	<b>(5.431)</b>	<b>217.975</b>

- (a) São adiantamentos a fornecedores responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaicas;
- (b) Ativos de Usinas Fotovoltaicas em construção com cronogramas de implantação em diferentes estágios. A conclusão e entrada em operação acontecerá ao longo de 2022.

## ii) Movimentação 2021

	<b>Consolidado</b>					
	<b>2020</b>			<b>2021</b>		
	<b>Taxa de depreciação % aa</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Adição (conferência de cotas) (a)</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo Final</b>
<b>Custo</b>						
Adiantamento inversões fixas	-	51.420	5.102	1.409	(31.924)	26.007
Imobilizado em andamento	-	48.408	27.594	8.976	(62.873)	22.105
Outros custos de implantação	-	7.744	5.957	15	(9.962)	3.754
<b>Total de outros ativos</b>		<b>107.572</b>	<b>38.653</b>	<b>10.400</b>	<b>(104.759)</b>	<b>51.866</b>
<b>Ativos objetos de arrendamentos:</b>						
Usina Fotovoltaica - OLB e BJL	4	-	11	29.193	635	29.839
Usina Fotovoltaica - Canas e Pres. Alves	4	-	-	27.378	5	27.383
Usina Fotovoltaica S.G IBIA	4	-	-	10.146	486	10.632
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor1	4	-	-	-	11.070	11.070
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA1	4	-	-	-	12.161	12.161
Usina Fotovoltaica Nova Ponte	4	-	-	-	10.491	10.491
Usina Fotovoltaica Iraí 1	4	-	-	-	11.703	11.703
Usina Fotovoltaica Iraí 2	4	-	-	-	11.626	11.626
Usina Fotovoltaica Frutal	4	-	53	-	10.631	10.684
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor2	4	-	-	-	11.774	11.774
Usina Fotovoltaica Gdsolar Gmor3	4	-	-	-	11.958	11.958
Usina Fotovoltaica Gdsolar IBIA2	4	-	-	-	12.219	12.219
<b>Total de ativos para arrendamento operacional</b>		<b>-</b>	<b>64</b>	<b>66.617</b>	<b>104.759</b>	<b>171.540</b>
<b>Depreciação</b>						
Usinas Fotovoltaicas	4	-	(2.017)	(3.414)	-	(5.431)
<b>Total do ativo imobilizado</b>		<b>-</b>	<b>107.572</b>	<b>36.700</b>	<b>-</b>	<b>217.975</b>

- a) Decorrente de aumento de capital da companhia com conferência de cotas das SPE: Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda, Autogeração Solar São Paulo Ltda, Autogeração Minas Gerais Ltda e Autogeração Solar Alegre Ltda.

**(iii) Movimentação 2020**

	<b>Consolidado</b>					
	2019 (não auditado)	2020				Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferência		
<b>Custo</b>						
Adiantamento inversões fixas	-	51.420	-	-	51.420	
Ativo fixo em andamento	-	44.084	-	-	44.084	
Montagem e instalações	-	4.324	-	-	4.324	
Outros custos de implantação	-	7.744	-	-	7.744	
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>107.572</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>107.572</b>	

**13 Arrendamentos**

**a. Arrendamentos como arrendatário**

O Grupo arrenda terras para instalação de Usinas Fotovoltaicas. Esses arrendamentos referem-se a escrituras de direito real de superfície com prazo médio de duração de 30 anos, ajustado a valor presente pela taxa de CDI + spread de 3,1% a.a. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente pela inflação do período. O grupo faz a sublocação desses arrendamentos para os clientes arrendatários das Usinas Fotovoltaicas.

**(i) Ativos de Direito de Uso**

	<b>Consolidado</b>	
	2021	2020
Direito de Uso de Superfície	11.366	13.888
(-) Depreciação Acumulada (a)	(462)	-
<b>Total Direito de Uso</b>	<b>10.904</b>	<b>13.888</b>

**(ii) Passivos de Arrendamento**

Descrição	<b>Consolidado</b>						
	2020	2021					Saldo Final
	Adições	Adições (conferência de Cotas)	Remensurações /Baixas	Juros (a)	Pagamentos		
Direito de Uso de Superfície	13.888	384	2.155	(5.206)	1.460	(1.450)	11.231
<b>Total de Arrendamentos</b>	<b>13.888</b>	<b>384</b>	<b>2.155</b>	<b>(5.206)</b>	<b>1.460</b>	<b>(1.450)</b>	<b>11.231</b>

- a) Parte dos juros e depreciações foram capitalizados no ativo imobilizado das usinas pré-operacionais: R\$227 de depreciação e R\$868 de juros.

**b. Arrendamentos como arrendador**

**(i) Arrendamento Operacional**

O Grupo arrenda suas Usinas fotovoltaicas para os clientes alinhados com a Resolução nº 482/2012 da ANEEL. O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos.

As receitas de arrendamentos e de operação e manutenção das Usinas arrendadas reconhecida pelo Grupo em 2021 foi de R\$ 11.745 (2020: R\$ 0).

As tabelas a seguir apresentam uma análise dos vencimentos dos recebíveis de arrendamento dos projetos em fase de implantação (que já possuem contratos de arrendamentos firmados), demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base.

*Projetos Operacionais*

<b>Período</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
2021	11.745	-
2022	46.067	-
2023	51.981	-
2024	51.200	-
2025 em diante	771.741	-
<b>Total</b>	<b>932.734</b>	<b>-</b>

*Projetos em implantação*

<b>Período</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
2021	-	21.540
2022	2.773	32.045
2023	6.449	33.167
2024	7.095	29.947
2025 em diante	130.237	370.273
<b>Total</b>	<b>146.554</b>	<b>486.972</b>

## 14. Empréstimos e financiamentos

		<u>Consolidado</u>	
<b>Instituição:</b>	<b>Instituição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Notas promissórias comerciais (a)	Itau bba	160.893	-
<b>Total</b>		<b>160.893</b>	<b>-</b>
Circulante		24.134	-
Não Circulante		136.759	-

Correspondem a 20 notas promissórias, sem cláusulas restritivas financeiras (covenants), com valor de R\$ 8.000 cada, emitidas em 22 de outubro de 2021 e com vencimento a partir de 22 de abril de 2022 até 22 abril de 2024. As operações estão sujeitas a juros de 2,43% ao ano com periodicidade de pagamento semestral, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As notas promissórias possuem como garantias: alienação fiduciária de 100% das ações da subholding emissora (GDpar GDSolar Participações S.A) e das SPEs ligadas (UFVs ORIGO Energia e UFVs Solargrid Pacote I e II ligadas a Gdpar Gdsolar, vide nota explicativa 1.1), conforme cártulas das notas promissórias.

### i) Movimentações no saldo dos empréstimos e financiamentos

	<u>2020</u>	<u>Consolidado</u>				<u>2021</u>
		<u>Contratação</u>	<u>Custos de transação</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamentos</u>	
<b>Tipo</b>						
Notas Promissórias	-	160.000	(2.236)	3.129	-	160.893
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>160.000</b>	<b>(2.236)</b>	<b>3.129</b>	<b>-</b>	<b>160.893</b>
Circulante						24.134
Não Circulante						136.759

### ii) Vencimento dos empréstimos e financiamentos:

		<u>Consolidado</u>	
<b>Período</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>
2022		24.134	-
2023		8.045	-
2024		128.714	-
<b>Total</b>		<b>160.893</b>	<b>-</b>

## 15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Fornecedores</b>				
BRL Solar Equipamentos Ltda. (a)	-	-	2.541	3.494
Sompo Segurados S. A	-	-	40	40
Lmeng Consultoria em Proj. Engenharia	-	-	294	-
Contrafo Ind. De Transformação	-	-	523	-
Prosys Emp.Bras.de Enga.Tec. e Com..Ltda	-	-	114	-
Fotovoltec Projetos E Cons. de Energia Fotovoltec Ltda.	-	-	28	28
Outros	13	-	568	-
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>4.108</b>	<b>3.562</b>

(a) Fornecedor parte relacionada, ver nota explicativa nº 10.

## 16 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, conforme AGE de 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 56.795 (R\$ 104.169 em 2020), representado por 130.160.635 ações ordinárias e preferencias, sem valor nominal, conforme apresentado no quadro abaixo:

31 de dezembro de 2021	Ações ordinárias	Ações Preferenciais	%	R\$
Acionistas				
GD Geração Distribuída Participações S.A.	242.786.866	-	100	56.794.839
	<b>242.786.866</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>56.794.839</b>

### ii) Movimentação Ações Ordinárias

	2020	Emissões	(Cessão)		2021
	Ações ordinárias	Ações ordinárias	Conversão ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações ordinárias
GD Geração Distribuída Participações S.A.	104.028.508	112.626.231	100.000	26.032.127	242.786.866
BRL Solar Equipamentos Ltda. (a)	26.032.127	-	-	(26.032.127)	-
	<b>130.060.635</b>	<b>112.626.231</b>	<b>100.00</b>	<b>-</b>	<b>242.786.866</b>

a) Cessão onerosa das ações da BRL Solar Equipamentos Ltda. conforme contrato de compra e venda datado de 23 de março de 2021.

Em 30 de setembro de 2021 a sócia GD Geração Distribuída Participações S.A aumentou o capital social no montante de R\$ 108.917, mediante a emissão de 108.917.478 de novas ações ordinárias nominativas, integralizados da seguinte forma: (a) 32.562 em moeda corrente, mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital e (b) 76.355 mediante a conferência ao capital social de 100% das cotas das SPEs: Autogeração Solar Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Alegrete, passando o capital social de R\$ 104.169 para R\$ 213.086;

Em 19 de outubro de 2021 a Companhia aprovou a redução do capital social em R\$ 160.000, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, permanecendo inalterada a quantidade de ações, passando o capital social de R\$ 213.086 para R\$ 53.086;

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.709, mediante a emissão de 3.708.753 de novas ações ordinárias nominativas, integralizados em moeda nacional, mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital, passando o capital de R\$ 53.086 para R\$ 56.795; também foi aprovado a conversão das 100.000 ações presenciais em ações ordinárias.

**(iv) Reservas**

***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**(v) Destinação de lucros**

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios anuais mínimos de 0,001%. Durante os exercícios de 2021 e 2020 a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas. Por consequência, o saldo remanescente de lucro em 2021 foi destinado a reserva de retenção de lucros.

## 17. Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	2021	2020
<b>Receita operacional bruta</b>		
Receita de serviços prestados	5.896	-
	<u>5.896</u>	<u>-</u>
<b>Subtotal Receita operacional bruta</b>		
	<u>5.896</u>	<u>-</u>
<b>Deduções</b>		
Impostos sobre as vendas	(256)	-
	<u>5.640</u>	<u>-</u>
<b>Receita operacional líquida</b>		
	<u>5.640</u>	<u>-</u>

Abaixo segue abertura de receitas de serviços prestados:

	<u>Consolidado</u>	
	2021	2020
<b>Receita de Serviços Prestados</b>		
Receita de locações	4.632	-
Receita de operação e manutenção	1.264	-
<b>Total receita serviços prestados</b>	<u>5.896</u>	<u>-</u>

## 18. Custos de Vendas

	<u>Consolidado</u>	
	2021	2020
Depreciação das usinas	2.017	-
Depreciação de direito de uso	111	-
Juros sobre arrendamentos	377	-
Outros custos -seguros e outros	76	-
<b>Total</b>	<u>2.581</u>	<u>-</u>

## 19 Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Serviços tomados	156	2	682	35
Despesas com pessoal compartilhadas	-	-	352	-
Outras despesas gerais e administrativas	39	-	389	8
Despesas tributárias	105	-	126	12
	<u>300</u>	<u>2</u>	<u>1.549</u>	<u>55</u>

## 20 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
<b><u>Receitas Financeiras</u></b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.198	-	2.288	-
Outras receitas	-	-	1	-
<b><u>Despesas Financeiras</u></b>	<u>2.198</u>	<u>-</u>	<u>2.289</u>	<u>-</u>



Juros de empréstimos e financiamentos (a)	(3.129)	-	(3.129)	-
Amortização dos custos dos empréstimos (a)	(159)	-	(159)	-
Despesas bancárias	(1)	(1)	(14)	(3)
Outras despesas	-	-	(47)	(2)
	<u>(3.289)</u>	<u>(1)</u>	<u>(3.349)</u>	<u>(5)</u>
Total	<u>(1.091)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1.060)</u>	<u>(5)</u>

a) Decorrente das 20 notas promissórias emitidas em outubro de 2021 (vide nota explicativa 14)

## 21 Imposto de renda e contribuição social

### Imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro presumido

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita com prestação de serviços	5.896	-
Percentual de presunção	32%	32%
Base de cálculo após presunção	<b>1.886</b>	-
Receita financeira	72	-
<b>Base de Cálculo</b>	<u><b>1.958</b></u>	<u>-</u>
IRPJ - 15%	293	-
Adicional IRPJ - 10%	127	-
CSLL - 9%	<u>176</u>	<u>-</u>
<b>Total de IRPJ e CSL</b>	<u><b>596</b></u>	<u>-</u>

Todas as sociedades de propósito específico (Usinas Fotovoltaicas) estão enquadradas no regime de tributação do lucro presumido. Consideramos nesta apuração somente as empresas com regime de tributação do lucro presumido.

## 22 Instrumentos financeiros

### Classificação contábil e valores justos – Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>VJR</b>	<b>Ativos financeiros a custo amortizado (Consolidado)</b>	<b>Outros passivos financeiros (Consolidado)</b>	<b>Valor justo Nível 2 (Consolidado)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	-	163.160	-	-
Fornecedores	-	-	4.108	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	160.893	-
Passivo de arrendamento	-	-	11.231	11.231
Partes relacionadas	-	-	159.384	-

  

<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>VJR</b>	<b>Ativos financeiros a custo amortizado (Consolidado)</b>	<b>Outros passivos financeiros (Consolidado)</b>	<b>Valor justo Nível 2 (Consolidado)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	-	128	-	-
Fornecedores	-	-	3.562	-
Passivo de arrendamento	-	-	13.888	13.888

Valor justo (Nível 2) - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo inputs significativos não observáveis.

**a. Gerenciamento dos riscos financeiros**

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

O gerenciamento de risco do Grupo foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros.

**(i) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente dos depósitos bancários. As empresas que compõem o grupo, por estarem na sua maioria em fase pré-operacional, não apresentaram saldo em contas a receber no período analisado.

A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes do Grupo apresentar uma proposta ou participar de alguma concorrência. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias.

Em relação ao risco de crédito de caixa de equivalentes de caixa, o Grupo adota como premissa, investir em instituições financeiras de grande porte.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo consolidado de “Caixa e equivalentes de caixa” foi de R\$ 163.160 (2020: R\$ 128). Tais saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores não incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>Consolidado</b>			
	<b>Valor contábil</b>	<b>1 ano ou menos</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Acima de 2 anos</b>
Fornecedores (Nota 15)	4.108	4.108	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	160.893	24.134	8.045	128.714
Partes relacionadas (Nota 10)	159.384	159.361	23	-
Passivo de arrendamento (Nota 13)	11.231	1.294	1.347	27.981
<b>Total</b>	<b>335.616</b>	<b>188.897</b>	<b>9.415</b>	<b>156.695</b>

<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>Consolidado</b>			
	<b>Valor contábil</b>	<b>1 ano ou menos</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Acima de 2 anos</b>
Fornecedores (Nota 15)	(3.562)	(3.562)	-	-
Passivo de arrendamento (Nota 13)	(13.888)	(1.047)	(1.047)	(28.795)
<b>Total</b>	<b>(17.450)</b>	<b>(4.609)</b>	<b>(1.047)</b>	<b>(28.795)</b>

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, tenham impacto nos ganhos do Grupo. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia e suas investidas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

### **Operações com instrumentos derivativos**

O Grupo não operou em 2021 e 2020 com instrumentos de derivativos para troca de risco.

### **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o grupo busca diversificar as aplicações de recursos em termos de taxas prefixadas, mantidas em operações vinculadas ao CDI.

### **Sensibilidade a taxas de juros**

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos financiamentos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Taxa	Saldo em 31/12/2021	Cenário A 10%	Cenário B 25%	Cenário C 10%	Cenário D 25%
<b>Ativo</b>						
Aplicações Financeiras	CDI	10,65%	9,59%	7,99%	11,72%	13,31%
Exposição líquida do balanço patrimonial		163.160	178.807	176.196	182.282	184.877
<b>Passivo</b>						
Empréstimos e financiamentos	CDI	10,65%	9,59%	7,99%	11,72%	13,31%
Arrendamentos	IPCA	10,06%	9,05%	7,55%	11,07%	12,58%
Exposição líquida do balanço patrimonial		172.124	188.570	185.827	192.224	194.952

O cenário A, provável, considera uma desvalorização em 10% e o cenário B, possível, considera uma desvalorização em 25%, o cenário C considera uma valorização em 10% e o cenário D uma valorização em 25%.

As seguintes taxas de juros aplicadas durante o ano:

<b>Taxa de fechamento na data</b>	
<b>2021</b>	<b>2020</b>
	4,52%

10,06%

## 23 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aumento de capital com conferência de cotas de SPEs (nota 16)	76.355	-	-	-
Adição de ativo imobilizado – Decorrente de conferência de cotas de SPEs (nota 12)			73.703	
Redução de Capital da companhia	160.000	-	160.000	-
Adições – Conferência de cotas - IFRS 16 – Direito de Uso (nota 13)			1.953	
Adições – Conferência de cotas - IFRS 16 – Passivo de Arrendamento (nota 13)			(2.155)	
Remensurações - IFRS 16 – Direito de Uso e Passivo de Arrendamento (nota 13)			(5.206)	
Adições - IFRS 16 – Direito de Uso e Passivo de Arrendamento (nota 13)	-	-	384	13.888

## 24 Eventos Subsequentes

- (i) Em 18 de janeiro de 2022 iniciou a geração da Usina Fotovoltaica de São José do Rio do Peixe, vinculada a UFV PB I Locações de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda;
- (ii) Em 18 de fevereiro de 2022 foi energizada a Usina Fotovoltaica “Alegrete I”, vinculada a SPE UFV RS I Locações de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda;
- (iii) Em 21 de fevereiro de 2022 foi energizada a Usina Fotovoltaica “Apodi”, vinculada a SPE UFV RN I Locações de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.